

- Observatório de Política Externa Brasileira -

Nº 87

10/03/06 a 16/03/06

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), Haroldo Ledandeck (redator responsável) e Maria Paula de Barros Cantusio.

Morte de Jean foi assunto de coletiva concedida por Blair e Lula

Durante a visita do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, ao Reino Unido foi inevitável abordar o caso da morte de Jean Charles de Menezes, o brasileiro assassinado no metrô de Londres em julho de 2005, ao ser confundido com um terrorista. Durante uma entrevista coletiva concedida por Lula e pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, no dia 09 de março, o premiê inglês assegurou que o governo do Reino Unido tomará todas as providências necessárias na apuração da morte de Jean e pediu desculpas oficiais à sua família. Lula garantiu confiar que o governo britânico fará o melhor possível para solucionar o crime. Blair acrescentou ter plena confiança em Ian Blair, o chefe da polícia britânica acusado de tentar encobrir o erro de seus agentes. No mesmo dia da entrevista coletiva, um jornal inglês publicou que altos oficiais da Scotland Yard já sabiam horas após o assassinato que a vítima era inocente, mas o erro só foi admitido no dia seguinte. A omissão do chefe da polícia já havia sido constatada anteriormente. A diferença é que agora as informações constam na segunda investigação aberta pela Comissão Independente de Queixas Contra a Polícia (IPCC, na sigla em inglês), específica para a apuração da conduta policial no caso. (Folha de S. Paulo – Mundo – 10/03/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/03/06; O Globo – O País – 10/03/06).

Presidente eleito no Haiti visitou o Brasil

Em visita à Brasília, no dia 1º de março, o presidente eleito do Haiti, René Préval, defendeu a permanência das tropas brasileiras que comandam a missão da Organização das Nações Unidas (ONU) no país. Para Préval, as tropas ainda são necessárias para que a Justiça e a polícia haitianas sejam fortalecidas, entretanto, pretende discutir com as autoridades responsáveis pela Minustah medidas para que seu papel seja redefinido e adaptado à nova realidade estabelecida depois

das eleições ocorridas em fevereiro de 2006. Sobre o tema, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, declarou que atenderá o pedido de Préval informando que as tropas brasileiras apenas serão retiradas do país quando o governo haitiano entender por bem. O novo presidente do Haiti negou ter conhecimento de qualquer tipo de pressão por parte do Brasil para que fosse reconhecido como eleito. O governo brasileiro sugeriu ao Comitê Eleitoral Provisório haitiano e à comunidade internacional que os votos brancos e nulos, sob suspeita de fraude, fossem anulados e Préval fosse declarado vitorioso já no primeiro turno, com o objetivo de evitar levantes de violência no país caribenho. Mesmo depois da retirada das forças da ONU, cujo prazo não foi definido, Préval garantiu que não pretende criar um novo Exército haitiano, o que, em sua opinião, traria gastos que devem ser despendidos com saúde e educação, mas defendeu a formação de uma força policial civil. No dia 11, o líder haitiano viajou com Lula, ao Chile, para assistir à posse da presidente Michelle Bachelet. (Folha de S. Paulo – Mundo – 11/03/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 11/03/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/03/06; O Globo – O Mundo – 10/03/06; O Globo – O Mundo – 11/03/06; O Globo – O Mundo – 14/03/06).

PF prendeu integrantes da quadrilha que envolvia embaixadores em esquema de fraude

A Polícia Federal do Brasil prendeu, no dia 10 de março, seis integrantes de uma quadrilha responsável por fraudar mecanismos de importação à fim de não pagar impostos, comandada pelo contrabandista Alzair Oliveira de Aquino. A chamada operação Safári iniciou-se há um ano quando foi constatado que embaixadas de pequeno porte instaladas no Brasil estavam comprando muito mais que as de grande porte. Cerca de 22 funcionários das embaixadas da Angola, Congo, Gabão, Iraque, Senegal e Síria são suspeitos de participar da quadrilha e seus nomes serão enviados pelo Itamaraty aos seus respectivos países para que respondam à processos criminais, uma vez que, em território brasileiro, esses embaixadores gozam de imunidade diplomática. Os nomes dos servidores e das próprias embaixadas como pessoa jurídica eram utilizados pela empresa Brasif Duty Free na compra de produtos importados. Como são diplomatas, podiam adquirir os produtos sem o pagamento dos impostos de importação, desde que a nota fiscal das compras fosse carimbada pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro, serviço que cabia ao chefe da Coordenação Geral de Privilégios e Imunidades do Itamaraty, Hamilton Ferreira dos Reis, que recebia produtos importados em troca e foi um dos detidos pela polícia. Em seguida, a mercadoria era retirada na empresa pelos servidores das embaixadas e repassada à contrabandistas e comerciantes. Os consumidores finais de produtos como bebidas, perfumes, óculos escuros e bolsas de grife eram altos funcionários públicos, políticos e executivos de Brasília, além de empresários dos Estados de Goiás e da Bahia. Entretanto, não foi constatada a participação de nenhum diplomata brasileiro no esquema. Em dez meses de monitoramento pela Polícia Federal, o grupo importou cerca de US\$ 520 mil. As embaixadas cujos



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

funcionários estão envolvidos na quadrilha não se pronunciaram sobre o fato. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 11/03/06).

Novas regras provisórias do acordo automotivo com a Argentina foram publicadas

O Itamaraty publicou no Diário Oficial da União, no dia 10 de março, as regras provisórias do acordo automotivo feito entre os governos brasileiro e argentino, que valerão até 30 de junho. O coeficiente de desvio de exportação, denominado flex, continua valendo como no acordo realizado anteriormente. A cada US\$ 100 exportados pelo Brasil, a Argentina terá direito de importar US\$ 260 sem pagar impostos. Acima desse valor, valerá o Imposto de Importação fixado para os países que não compõem o Mercosul. A novidade do acordo é que as unidades que forem exportadas para fora do bloco comercial também entrarão nesse cálculo. Ambos os governos esperam que um documento com regras definitivas possa ser assinado até julho de 2006. O Brasil quer que o livre comércio passe a vigorar já no início de 2007, enquanto a Argentina, quer mais tempo para modernizar suas indústrias. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/03/06).

Agência norte-americana sugeriu abstinência para prevenção de AIDS no Brasil e causou mal-estar com programa brasileiro

A Agência Norte-Americana para Desenvolvimento Internacional (Usaid) apresentou um programa no Congresso dos Estados Unidos para a prevenção da aids no Brasil que provocou um mal-estar com o Programa Nacional de DST-Aids. O projeto prevê uma ação de prevenção contra a doença baseada na abstinência sexual, o que vai totalmente contra a proposta brasileira, fundamentada no uso do preservativo. Para Pedro Chequer, coordenador do programa brasileiro de DST-Aids, o projeto foi uma afronta, com a agravante de ter sido anunciado sem nenhuma discussão prévia com o programa desenvolvido no Brasil. Segundo ele, em reuniões com a agência norte-americana, a estratégia da abstinência nunca foi abordada. Em vista dos acontecimentos, um ofício foi enviado à Usaid, convidando a agência a prestar esclarecimentos na próxima reunião do Conselho Nacional de Aids. Em resposta, a direção da agência no Brasil negou que a proposta sugerindo a abstinência sexual tenha sido feita à revelia do governo brasileiro. "Em reuniões prévias entendemos que teríamos a concordância do Brasil para implementar campanhas de redução do estigma, (...) em que as diversas formas de evitar a infecção seriam abordadas, incluindo-se aí a abstinência", informa uma carta da direção da Usaid. Chequer rebateu dizendo que tinha havido a previsão de trabalhos para a redução do estigma, mas isso não tinha relação nenhuma com abstinência. (O Estado de S. Paulo – Vida & - 10/03/06; O Estado de S. Paulo – Vida & - 11/03/04).



Brasil reivindicou fim do monopólio dos EUA sobre levantamento mundial de violações de direitos humanos

Depois da divulgação, no dia 08 de março, de um levantamento anual sobre as violações aos direitos humanos feito pelos Estados Unidos, o governo brasileiro quer que a avaliação dos direitos humanos no mundo seja realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). O relatório norte-americano criticou todos os governos, exceto o do presidente George W. Bush. A idéia brasileira é acabar com o monopólio norte-americano e passar para o Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU a tarefa de elaborar um relatório global sobre o tema. O documento feito pela ONU apontaria as violações por temas e não por países. A alta comissária da organização, a canadense Louise Arbour, mostrou-se favorável à iniciativa brasileira. Entretanto, outros países não compartilham da mesma opinião, como a China, por exemplo, que mostra resistências ao projeto. Mas todos concordam que a avaliação da questão dos direitos humanos não pode ficar nas mãos de um só país. Já o governo norte-americano não se pronunciou sobre o assunto, mas levantou a questão de quanto seria custoso para a ONU produzir mais esse estudo. Para a Anistia Internacional (AI), a preocupação com os custos é menor em relação às preocupações com as pressões políticas que a elaboração do relatório poderia acarretar. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 10/03/06).

Blair discutiu com Lula opções para destravar rodada Doha e elogiou economia brasileira

O encontro entre o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por conta de sua visita à Londres, foi dominado pelas discussões sobre como destravar o impasse nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O presidente brasileiro garantiu que seu governo está disposto a oferecer maior abertura nos setores de bens industriais e serviços, de acordo com as possibilidades internas do país, desde que os países ricos também liberalizem seus mercados agrícolas. Em comunicado conjunto, Blair e Lula afirmaram que “todas as principais partes precisam dar passos audaciosos para ir além das posições negociatórias estabelecidas, com o objetivo de melhorar suas ofertas no acesso e apoio doméstico aos mercados agrícola, de bens industriais e de serviços”. Ambos também se comprometeram a intensificar seus esforços junto à União Européia e ao G-20, a fim de convencer seus parceiros a flexibilizar suas propostas. O premiê britânico reafirmou seu apoio à idéia brasileira de realizar um encontro entre chefes de Estado para acelerar as negociações da rodada. O encontro, que contaria com a presença dos líderes do G-7, do Brasil, da Índia, da China, da África do Sul e do México, sofre oposição de Pascal Lamy, presidente da OMC, para quem as discussões ficariam centralizadas. Blair aproveitou ainda a oportunidade para elogiar a estabilidade econômica do Brasil, o sucesso das políticas macroeconômicas do governo e o pagamento antecipado da dívida do país junto ao Fundo Monetário Internacional



(FMI), além de reiterar o apoio do Reino Unido à aspiração brasileira à um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Lula, por sua vez, conclamou os empresários ingleses a investir no Brasil e o governo britânico a voltar a traçar políticas de investimento no País, como faziam no início do século passado, sob o argumento de que estamos com nossas bases consolidadas e de que há um ciclo virtuoso de crescimento nacional. (O Estado de S. Paulo – Economia – 10/03/06; O Globo – O País – 10/03/06; O Globo – Economia – 11/03/06; O Globo – Economia – 12/03/06).

Representantes de 6 países se reuniram em Londres pra tentar resolver impasse da Rodada Doha

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em viagem à Londres para acompanhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participou de uma nova reunião, iniciada no dia 10 de março, com representantes da Índia, Estados Unidos, União Européia (UE), Japão e Austrália, realizada com o objetivo de superar o impasse que vêm travando a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O entrave nas negociações ocorre porque Brasil e seus parceiros do G-20 pressionam os EUA e a UE por uma maior flexibilização no mercado agrícola, enquanto os países ricos querem mais abertura no setor de serviços e bens industriais dos países em desenvolvimento. Celso Amorim e o ministro indiano de Comércio, Kamal Nath, únicos representantes de países em desenvolvimento, reconheceram que a reunião dos representantes dos 6 países em Londres não produziu resultados. O encontro de Londres constituiu mais uma tentativa de acordo antes da data-chave de 30 de abril. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 10/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 11/03/06; O Globo – Economia – 11/03/06).

Amorim se encontrou com premiê alemã para tratar da Rodada Doha

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, foi recebido em Berlim pela primeira-ministra alemã Angela Merkel no dia 13 de março. A visita deveu-se a um acordo entre o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e o premiê britânico Tony Blair, com a intenção de conquistar o apoio da alemã à proposta de realização de uma cúpula para tentar destravar as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Amorim declarou-se satisfeito com o encontro, que durou cerca de meia hora, mesmo não obtendo o comprometimento efetivo de Merkel à proposta. A proposta de realização de tal reunião de cúpula foi lançada pelo presidente brasileiro no final de 2005 e reafirmada pelo mesmo em discurso no Itamaraty no dia 13 de março, em ocasião da visita do presidente da Guatemala, Óscar Berger, ao país. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 14/03/06).



Brasil assinou acordo de limitações na área têxtil com a China

O acordo acertado entre China e Brasil no final de 2005, que limita a entrada de produtos têxteis chineses no mercado brasileiro, foi assinado no dia 10 de março pelo ministro brasileiro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, e pelo seu colega chinês do Comércio, Bo Xilai. O documento passa a valer no dia 03 de abril e impõe limitações, aceitas voluntariamente pela China, à cerca de 60% dos produtos chineses importados pelo Brasil. O Itamaraty deverá continuar negociando a limitação da entrada de produtos de outros setores com o governo do país asiático. Apesar do Itamaraty ter regulamentado o mecanismo de salvaguardas em relação aos produtos chineses, optou por negociar acordos bilaterais, por acreditar que são mais rápidos e mais baratos. Entretanto, a China nunca aceitou negociar limitações em outros setores senão o têxtil. (O Estado de S. Paulo – Economia – 10/03/06).

Presidente da Febem prestou esclarecimentos à OEA

A presidente da Febem, Berenice Giannella, prestou esclarecimentos sobre as condições dos internos da cidade de São Paulo à Organização dos Estados Americanos (OEA). Berenice foi convocada à ir aos Estados Unidos por conta de um processo aberto pela organização sobre violações de direitos humanos em 2000. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 11/03/06).

Rússia aprovou experimentos que Pontes levará ao espaço

O governo russo aprovou, no dia 10 de março, os oito experimentos que o brasileiro Marcos Pontes levará à Estação Espacial Internacional à bordo da nave russa. No dia 29 do mesmo mês, Pontes, em companhia dos colegas Jeffrey Williams, norte-americanos e Pavel Vinogradov, russo, fará o último treinamento antes do lançamento. (O Globo – Ciência – 11/03/06; O Estado de S. Paulo – Vida& – 15/03/06).

Brasil foi sede de encontro da ONU sobre biodiversidade

Realizou-se em Curitiba, entre os dias 13 e 17 de março, a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), cujo objetivo foi decidir as regras de identificação dos carregamentos com transgênicos. O evento contou com a participação de três mil delegados de 188 nações. O governo brasileiro, após um grande período de indefinição, defendeu a proposta de que todos os carregamentos contendo organismos geneticamente modificados sejam claramente identificados com a palavra “contém” [transgênicos]. O Brasil defende, ainda, um período de quatro anos para que toda a produção interna dedicada ao mercado exterior seja testada e rastreada. Durante esse período, os produtores



usarão a expressão “pode conter” [transgênicos]. O Ministério da Agricultura, setores ligados ao agro-negócio e a Confederação Nacional da Indústria não concordaram com a proposta do governo alegando que a mesma encareceria a produção nacional fazendo com o que país perdesse competitividade. Os grupos ligados a movimentos ambientais, contudo, comemoraram a definição criticando apenas o prazo de quatro anos para adaptação à nova regra. A ministra do Meio Ambiente brasileira, Marina Silva, defendeu a proposta rebatendo as críticas levantadas por ambos os lados. Para a ministra o período de adaptação é importante pois o país ainda não possui infra-estrutura para rastrear toda a produção e o rastreio da mesma não significaria perda de competitividade internacional, uma vez que poderá abrir novos mercados e evitar aplicações de barreiras alfandegárias no futuro. As propostas deverão ser analisadas pelos 132 países signatários do Protocolo e a decisão, intenciona-se, deverá dar-se por meio de consenso, o que é visto com preocupação pelo Itamaraty, uma vez que países como o Paraguai, o México e a Nova Zelândia defendem apenas o uso da expressão “pode conter”. A MOP3 será seguida pela 8ª Conferência das Partes da Convenção da Biodiversidade da Organização das Nações Unidas (COP8), entre os dias 20 e 31 de março, cujo debate dar-se-á em torno de regras internacionais que regulamentem o uso de recursos da biodiversidade que garantem benefícios aos países que os possui. (Folha de S. Paulo – Ciência – 13/03/06; Folha de S. Paulo – Ciência – 14/03/06; Folha de S. Paulo – Ciência – 15/03/06; Folha de S. Paulo – Ciência – 16/03/06; O Estado de S. Paulo – Vida& – 13/03/06; O Estado de S. Paulo – Vida& – 14/03/06; O Estado de S. Paulo – Vida& – 15/03/06; O Estado de S. Paulo – Vida& – 16/03/06; O Globo – Ciência – 11/03/06; O Globo – O Mundo – 14/03/06; O Globo – O Mundo – 15/03/06).

Lula discursou no Chile

O presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, foi escolhido para discursar durante almoço protocolar que marcou as celebrações da posse da presidente chilena, Michelle Bachelet, dia 11 de março no Congresso Nacional. Em seu discurso, o brasileiro enfatizou que a posse de Bachelet contribui para a consolidação da democracia na América do Sul e representa uma evolução na participação política das mulheres no continente. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/03/06).

Brasil estuda abrir contencioso na OMC contra a China

O Itamaraty está descontente com interferência direta do governo chinês nas negociações de preços entre importadores do país e empresas exportadoras de minério de ferro, dentre elas a brasileira Vale do Rio Doce. O Itamaraty, segundo o qual tal prática vai contra as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC), já estuda a possibilidade de abrir um contencioso contra o país asiático. A embaixada brasileira em Pequim está buscando informações junto a autoridades



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

chinesas. O mercado chinês é o maior comprador de minério de ferro do Brasil. (O Globo – Economia – 15/03/06).

Lula recebeu presidente uruguaio

O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva recebeu seu colega uruguaio, Tabaré Vázquez, em Brasília no dia 16 de março. O uruguaio pediria o apoio do governo brasileiro na guerra diplomática que vem enfrentando com a Argentina sobre a instalação de indústrias de celulose em seu país. Integraria a pauta de discussões ainda, temas como financiamentos brasileiros a obras de infraestrutura e expansão de investimentos no país platino. O comércio bilateral também deverá ser discutido. (O Estado de S. Paulo – Economia – 16/03/06).